



Editorial – Lutero, Luteranismo e Ecumenismo

Rudolf von Sinner ^[a] 

Curitiba, PR, Brasil

^[a] Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Waldir Souza ^[b] 

Curitiba, PR, Brasil

^[b] Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Como citar: SINNER, Rudolf von; SOUZA, Waldir. Editorial – Lutero, Luteranismo e Ecumenismo. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 16, n. 01, p. 01-06, jan./abr. 2024. DOI: doi.org/10.7213/2175-1838.16.001.ED01.

A presente edição da *Revista Pistis & Praxis* está dedicada a Martim (ou Martinho) Lutero, ao luteranismo e ao ecumenismo. Há sete anos celebrou-se, pela primeira vez na história ecumenicamente, com expressiva participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os 500 anos da Reforma Protestante, cuja data inicial é comemorada, tradicionalmente, no dia 31 de outubro. Os tempos do antagonismo teológico e político entre católicos e luteranos amenizou-se mui consideravelmente, com pesquisa expressiva católica sobre Lutero e a teologia luterana, reconhecendo sua importância e pertinência em muitos aspectos, com a abertura ecumênica do Concílio Vaticano II, e com mais de 50 anos de diálogo bilateral católico-luterano sobre uma variedade de temas centrais, como igreja, ministérios e sacramentos. Um marco importante foi, em 31 de outubro de 1999, na cidade de Augsburg, na Alemanha, a assinatura da *Declaração conjunta sobre a doutrina da justificação* entre o então Pontifício Conselho pela Promoção da Unidade dos Cristãos e a Federação Luterana Mundial. Mais tarde, aderiram a este inédito consenso básico em verdades da fé também a Comunidade Mundial de Igrejas Reformadas, a Igreja Valdense e o Conselho Mundial das Igrejas Metodistas, e declarou consentimento com seu conteúdo também a Igreja Anglicana.

^[a] Doutor em Teologia Sistemática pela Universität Bern, e-mail: rudolf.sinner@pucpr.br

^[a] Waldir Souza - Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRio, e-mail: waldir.souza@pucpr.br

A data lembra daquele dia no ano de 1517, quando Lutero teria afixado (ou pedido para afixar) as 95 teses de sua *Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiarum*, para discutir o valor e a efetiva força (ou falta dela) das indulgências, que à época formaram um grande mercado de arrecadação de dinheiro, resultando, entre outras, no financiamento da construção da Basílica de São Pedro no Vaticano. Enquanto Lutero tinha fortes críticas às indulgências, destacava a importância da penitência e, em especial, da postura de arrependimento como pré-condição da verdadeira penitência que teria que ser uma tarefa para a vida inteira, não de um ato episódico apenas. O que começou como proposta para uma disputa acadêmica e eclesiástica, tornou-se um processo de excomunhão de Lutero e de cisma na igreja ocidental. Este de modo algum fora o plano inicial, mas a dinâmica rapidamente foi além de uma disputa localizada na cidade de Wittenberg, não por último como consequência da revolução midiática que começara um século antes com a invenção da imprensa com tipos móveis por Johannes Gutenberg. No Novo Mundo, recém “descoberto”, naquele momento a presença de luteranos era mínima, mas “Lutero” e “luteranismo” tornaram-se símbolos da “arquiheresia” da qual se queria manter limpo o continente novo, uma vez que no Velho Mundo já não era mais possível conter o avanço a Reforma.

Um pouco mais de 400 anos depois, o Império brasileiro, agora independente, não apenas admitiu o ingresso de “acatólicos” no Brasil, mas ativamente procurou na Europa por pessoas dispostas a imigrarem, para popular as terras fronteiriças como o Rio Grande do Sul, substituir mão de obra escrava nas plantações de café de São Paulo, preencher as fileiras das forças armadas e “embranquecer” a população para conter o perigo de a maioria negra no país querer assumir o poder, como acontecera na revolução no Haiti (de 1791 a 1803). Assim, começaram a instalar-se, inicialmente em Nova Friburgo (RJ) e São Leopoldo (RS), além de imigrantes católicos também evangélicos, muitos deles luteranos, a partir da promulgação da Constituição Imperial de 1824 que rezava, em seu artigo 5º, na escrita da época: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.” Somente na abolição do padroado, da igreja do estado e na introdução da plena liberdade religiosa na República, em 1890 e 1891, as portas foram abertas tanto para o florescimento e desenvolvimento da igreja católica no país, agora livre da tutela estatal, quanto para a plena legitimidade de igrejas evangélicas de imigração (como luteranos, reformados, unidos e anglicanos europeus) e de missão (presbiterianos, metodistas, batistas, congregacionais, adventistas etc., começando pelo trabalho missionário norte-americano a partir de 1859). No caso específico do luteranismo, acuado pela sua proveniência mormente alemã durante as duas guerras mundiais do século XX, este tornou-se cada vez mais conscientemente brasileiro, adotando a língua portuguesa em todos os aspectos de sua vida e criando uma escola teológica para formação de seus ministros, algumas décadas mais tarde também de ministras. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) é uma das igrejas mais ecumênicas hoje no Brasil e no mundo, tendo em sua constituição o compromisso tanto com sua confessionalidade, quanto de sua ecumenicidade. Uma coisa não existe sem a outra, pois são decorrentes de sua definição de igreja, que define que “sempre haverá e permanecerá uma única santa igreja cristã, que é a congregação de todos os crentes, entre os quais o evangelho é pregado puramente e os santos sacramentos são administrados de acordo com o evangelho” (Confissão de Augsburgo, 1530, Art. 7º). A IECLB não é ecumênica *apesar* de ser luterana, mas *por causa* de sua compreensão de igreja na tradição luterana que remete ao evangelho e aos sacramentos que a inserem, em sua compreensão, na grande corrente da única igreja cristã, corpo de Cristo, desde os primórdios até a vinda do Senhor.

Portanto, com 200 anos de presença do luteranismo no Brasil sendo celebrado no ano de 2024, a *Revista Pistis & Praxis* apresenta um dossiê com artigos que refletem, de forma histórica e teológica, sobre Lutero, o luteranismo e o ecumenismo. Como revista do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, reflete e celebra também o fato mundialmente inédito que há, em seu corpo docente, três docentes de ecumenismo, dois católicos e um luterano, além de uma colega batista. Entre seus discentes, 40% são oriundos e oriundas de igrejas evangélicas. O reconhecimento acadêmico da Teologia pelo Ministério da Educação propiciou maior diversidade em todos os cursos de Bacharelado e, já antes disso, em programas de Pós-Graduação. Muito antes de ser um problema – sem deixar de, evidentemente, dar razão para discussões e controvérsias – é uma riqueza e convivência e mútua compreensão e aprendizagem. A presente edição da revista é expressão desta trajetória ecumênica.

Começamos com o artigo de Euler Westphal, sobre **a presença do luteranismo no Brasil: uma leitura ecumênica a partir de Lutero**, que nos lança diretamente no assunto e propósito do dossiê. A teologia luterana e ecumênica, centrada na doutrina da Trindade, mostra uma importante via para sair de sua restrição à imigração alemã e evitar qualquer estreitamento confessionalista, uma vez que a Trindade une as igrejas cristãs históricas e pode mobilizá-las para uma aproximação e partilha profunda.

Wilhelm Wachholz reflete sobre a **hermenêutica “confessional” protestante luterana: “pelos e peles de cabras”**, destacando que a confessionalidade mais tem a ver com a compreensão e interpretação de sua identidade de fé na contemporaneidade do que com a repetição de verdades do passado, exatamente assim configurando-se como protestante e luterana e não como simples reprodução do pensamento de Lutero do século XVI. Em sua preleção sobre o livro de Gênesis, Lutero entendeu que trazia sua própria singela e modesta contribuição “ao tabernáculo do senhor”, a qual denominava, citando São Jerônimo, sendo como “pelos e peles de cabras”.

Elias Wolff reflete sobre **a excomunhão de Lutero: elementos histórico-teológicos para uma revisão do seu significado em nossos dias** e pergunta se as razões que fizeram com que o papa Leão X, em 1521, excomungasse Lutero, ainda fazem sentido hoje. Conclui que o diálogo ecumênico havido nos últimos 50 anos, bem como progressos significativos em pesquisas históricas e teológicas mostram que muito da Reforma se constitui como herança comum para católicos e protestantes, o que torna possível e pertinente uma revisão e, eventualmente, declaração de nulidade da excomunhão de Lutero como sinal desta herança comum para os dias atuais.

Thomas Kaufmann, em **Comunicação, polêmicas e fake news: a revolução midiática nos séculos 15 e 16** mostra, numa abordagem histórica, como a invenção de Gutenberg iniciara uma revolução midiática, dando origem a uma nova geração de “nativos da impressão”, em analogia aos hoje assim denominados “nativos digitais” a partir da correspondente recente revolução midiática. Lutero logo reconheceu o potencial que esta nova tecnologia tinha e utilizou-a para propagar a Bíblia, mas também seus próprios escritos. Lutero tornou-se o autor individual mais impresso de todo século XVI. A ampla divulgação por meio de panfletos e tratados foi decisiva para o sucesso da Reforma. Embora procurasse promover a verdade, também produzira estratégias polêmicas e *fake news*, ainda que também garantisse a reimpressão de textos de adversários no intuito de combatê-los.

Odilon Duffeck retoma a disputa de Heidelberg, realizada em 1518 naquela cidade alemã pela congregação à qual Lutero pertencia, a dos frades agostinianos observantes. Inovando o discurso teológico

da época, Lutero apresentou uma nova estrutura conceitual para pensar sobre Deus e a criatura humana, submersa no pecado como realidade de sua existência. Aborda, em seu texto **Lutero e a experiência do abscondito da cruz**, a centralidade da teologia da cruz em Lutero e a necessidade de buscar equilibrar o racional e o existencial na vida cristã.

O focar na história da igreja luterana no Brasil com seu uso de recursos sociais e teológicos, em seu artigo **uma igreja em busca de sua cidadania: duzentos anos de igreja evangélica luterana no Brasil**, Rudolf von Sinner procura demonstrar como, diante de seu status inicial de segunda categoria, teve que passar por três lutas pela cidadania: a primeira pelo direito das pessoas imigrantes e sua prática religiosa, a segunda pelo seu caráter autenticamente brasileiro, e a terceira buscando contribuir com a cidadania para todas e todos, por meio de manifestações e ações educacionais e diaconais, esta última assumida a partir de 1970, em plena ditadura militar. Sendo ao mesmo tempo confessional e ecumênica, mas em sua membresia também profundamente conservadora, busca posicionar-se, hoje, em meio ao pluralismo religioso e à polarização política.

Que há conflitos internos graves na IECLB é destacado por Günter Bayerl Padilha e Oneide Bobsin, em seu texto sobre **branquitude e privilégio branco na formação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. A partir disto lança luz também sobre privilégios de pessoas brancas no processo formativo mais amplo da sociedade brasileira, atribuindo às pessoas negras e indígenas o “atraso” do país e vendo os brancos como sinal de desenvolvimento. Ao preservar sua germanidade, a IECLB não apenas vem participando, mas reforçando esta branquitude. Hoje, está diante do desafio de tornar-se uma igreja pluriétnica e combater o racismo, em suas próprias fileiras e além.

Em **uma leitura de “A igreja e sua responsabilidade social”, de Ernesto Schlieper (1963): reflexões sobre as relações entre luteranismo, ecumenismo e vida pública no Brasil**, Jefferson Zeferino trata de uma das pessoas mais influentes no processo de nacionalização da IECLB, como igreja brasileira, ecumênica e socialmente responsável. Quando situa o referido texto de Schlieper no contexto teológico, religioso, institucional e sociopolítico dos anos 1950 e 1960, apresenta as linhas gerais de sua “teologia pública” *avant la lettre* em relação à sua herança teológica europeia e o ecumenismo do seu tempo.

A responsabilidade é também foco do artigo de Lucas dos Santos Ferreira e Edilson Soares de Souza sobre **uma vida responsável: um estudo analítico da Estrutura da Vida Responsável, segundo Dietrich Bonhoeffer**, conhecido teólogo luterano e ecumênico, mártir do nacional-socialismo alemão. Em sua obra *Ética*, publicada postumamente, faz um estudo sobre a vida responsável e sua estrutura. Situando este texto de Bonhoeffer em seu contexto histórico e abordagens anteriores sobre uma “ética da responsabilidade”, às quais possivelmente se referia. Os autores expõem os conceitos que compõem a estrutura de uma vida responsável conforme Bonhoeffer, como “representatividade”, “conformidade com a realidade” e “liberdade”. No final aplica-se estes conceitos à vida cristã contemporânea.

Na seção **Fluxo Contínuo**, abordar-se-á temas que de uma forma transversal continuará a abordagem do dossiê.

Pablo Fernando Dumer, ao abordar em seu artigo **O Ser Humano entre a Angústia e a Coragem: uma antropologia teológica a partir de Paul Tillich**, investiga as tensões existenciais que moldam a experiência humana. Através de um diálogo entre Tillich e outros autores, examina a resistência do ser humano contra a coisificação, que ocorre quando o ser humano é reduzido a uma peça impessoal no mundo. A relação intrínseca entre o *eu* e o mundo é central na antropologia tillichiana, onde a

formação da pessoa ocorre no encontro com outras pessoas, apontando para a importância da relacionalidade na construção da identidade humana. Essa afirmação da vida, contendo todas as suas ambiguidades, diante da ameaça do não-ser abre para uma verdadeira relacionalidade, ao fundamentar-se no Novo Ser.

É esta abordagem que Fabio Scorsolini-Comin em seu artigo **Contribuições da etnopsicologia e da perspectiva afrocentrada para o campo do aconselhamento multicultural** nos desafia. O aconselhamento multicultural comprometido com um fazer decolonial tem representado um desafio em diferentes partes do mundo, sobretudo tendo em vista que a ruptura com os saberes hegemônicos é um processo histórico e complexo. Este estudo teórico tem como objetivo refletir sobre a necessidade de o aconselhamento multicultural e outras perspectivas, a exemplo da etnopsicologia, dialogarem com esses saberes tradicionais, possibilitando a construção de um cuidado afrocentrado ou afro-referenciado capaz de reorientar um fazer profissional ainda sustentado em modelos biomédicos e branco-centrados no que tange à escuta clínica. Assim, na clínica etnopsicológica, todo relato individual deve estar comprometido com a escuta de uma coletividade e de uma ancestralidade, a fim de que a pessoa não seja submetida a um processo de culpabilização por suas condições psíquicas, mas que essa subjetividade possa ser apreendida dentro de um panorama coletivo e cultural que também se corporifica na história desse sujeito.

Meque Augusto Macumo nos convida a mergulhar em **A Eclesiologia de São Boaventura de Bagnoregio no Hexaëmeron: seus traços na Lumen Gentium**. Este artigo apresenta a eclesiologia de S. Boaventura de Bagnoregio, doutor da Igreja, na sua obra *Collationes in Hexaëmeron*, e seus traços na *Lumen Gentium*, buscando assim colher as influências da eclesiologia bonaventuriana na eclesiologia conciliar. A eclesiologia de Boaventura é caracterizada por ser profundamente cristocêntrica, bíblica e espiritual ou ascético-mística. Cristocêntrica (o que é característica de toda a obra teológica bonaventuriana), pois segundo ele na Igreja governa Cristo Pontífice, luz dos Povos, como dirá a *Lumen Gentium*, do qual a Igreja é como a lua que iluminada por este Sol, Cristo, ilumina, por sua vez, a todos os homens; bíblica, pois nesta obra ele compara as idades ou etapas da Igreja (desde Adão até Cristo) com os dias da criação. Ao celebrar-se no ano 2024 os 60 anos da constituição dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*, um dos documentos basilares do Concílio Vaticano II, este artigo traz a contribuição eclesiológica deste ilustre teólogo do medievo, e demonstra como estes traços se encontram presentes neste documento conciliar.

Neste caminho de construção e desafios, Francisco Chagas de Albuquerque, reflete a **Evangelização na Amazônia: teologia e inculturação**. A inculturação do Evangelho foi uma das preocupações do Vaticano II. Em sua recepção, pela Igreja na América Latina, esta temática foi tomada a sério a partir da Conferência de Puebla (1979). Em sintonia com o magistério, desenvolvia-se, então, a nascente Teologia da Libertação, contribuindo para o processo de inculturação eclesial e do Evangelho. A *Exortação Pós-sinodal Querida Amazônia (QAm)* propõe uma evangelização radicalmente inculturada no território pan-amazônico. Na resposta a essa proposta, a teologia também deverá oferecer sua contribuição, como se tenta expor neste estudo. Explicita-se o tema em quatro momentos: 1) magistério conciliar, culturas e teologia, 2) recepção do Concílio na América Latina, 3) paradigma da inculturação do Evangelho na Igreja latino-americana 4) linhas para a evangelização inculturada e teologia, seguidos de considerações sobre as possibilidades da reflexão teológica libertadora. Propõe-se que o fazer teológico, na linha tradição teológica e eclesial latino-americana

e do Caribe, requer conversão de seus autores(as), devendo-se superar o espírito colonialista, para dialogar com as culturas, espiritualidades e as tradições dos povos amazônicos

Esperamos que os estudos apresentados neste número da *Pistis e Praxis* contribuam para que as leitoras e os leitores possam ampliar e aprofundar a compreensão da teologia, em especial no que tange a Lutero, ao luteranismo e ao ecumenismo.

RECEBIDO: 12/04/2024

APROVADO: 12/04/2024

RECEIVED: 04/12/2024

APPROVED:04/12/2024